

ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

FABIO BULEGON

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ- UNOCHAPECÓ

CESAR AUGUSTO DI DOMENICO

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ- UNOCHAPECÓ

MARCELO NARDI

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ- UNOCHAPECÓ

GIANA MORES

FACULDADE MERIDIONAL

GIVANILDO SILVA

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ- UNOCHAPECÓ

ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre o papel dos municípios na promoção do desenvolvimento econômico e nos programas de geração de emprego e renda é constante e prioritário na agenda de diversas prefeituras (Coelho, 1994). O desenvolvimento econômico local pode ser definido como o conjunto de estratégias e ações para a (re)construção da base produtiva local (para a ativação da economia daquele espaço) (Silva, 1998).

De acordo com Vitte (2006), o envolvimento de autoridades locais colaborou com as atividades econômicas, destacando-se a produção e o investimento, que aumentaram as parcerias público-privadas, com doações, isenções de impostos e subvenções por parte do poder público a empresas privadas. Corroboram com este movimento Sousa e Oliveira (2013), afirmando que o auxílio por meio de investimentos do poder público é de suma importância, resultando em benefícios em longo prazo e em projetos inovadores.

Para Cândido (2002, p. 6), “o novo ambiente empresarial leva a necessidade de mudança na postura do Estado e na definição das políticas públicas de apoio às organizações”. O papel do Estado é fundamental para tornar seus territórios atrativo-competitivos e oportunizar novas formas de desenvolvimento. No entanto, há um desafio na mensuração do desenvolvimento, por meio de indicadores, variáveis e suas interrelações. Neste sentido, Ferreira e Otley (2009) enfatizam que os indicadores utilizam-se de elementos quantitativos e qualitativos relevantes para compor uma observação.

Para Bandeira (2009), os indicadores devem levar em consideração: frequência, relevância, oportunidade, sensibilidade, previsibilidade, tendência, validade, unicidade, comparabilidade, histórico, acurácia e amplitude. A função de todos esses elementos é estabelecer os pontos que devem ser melhorados. Essas medidas têm de ser verificadas para indicar os pontos fracos com vista à análise e à solução dos possíveis problemas que causam os resultados negativos (Kardec, Flores, Seixas, 2002).

No Brasil, são utilizados alguns indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Firjan, PNUD, entre outros. No estado de Santa Catarina, a Federação Catarinense de Municípios (Fecam) criou o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) enquanto ferramenta para auxiliar os municípios a avaliar o desenvolvimento sustentável e amparar os agentes públicos quanto a cenários para definir prioridades de investimentos. O objetivo do IDMS é avaliar os municípios levando em conta o nível de desenvolvimento sustentável, situar os agentes públicos no que concerne à situação de sua cidade e auxiliá-los a alcançar, de acordo com os dados, cenários possíveis e desejáveis visando à sustentabilidade e ao bem-estar social (Fecam, 2014).

Diante do exposto, a presente pesquisa busca analisar o comportamento dos índices de desenvolvimento municipal sustentável do maior município de cada mesorregião do estado de Santa Catarina, a saber: Blumenau (Vale do Itajaí), Chapecó (Oeste catarinense), Criciúma (Sul catarinense), Florianópolis (Grande Florianópolis), Joinville (Norte catarinense) e Lages (Serrana). Para tanto, a primeira seção desta pesquisa apresenta a introdução, em seguida descreve-se uma breve revisão teórica dos temas e estudos correlatos, a terceira elenca os aspectos metodológicos utilizados na pesquisa, a quarta discute os resultados e, por fim, têm-se as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) busca avaliar o desenvolvimento sustentável dos municípios catarinenses. Intenta ainda situar os gestores públicos em relação a um cenário futuro desejável e definir prioridades locais visando à conquista de patamares mais elevados de sustentabilidade (Fecam, 2014). As dimensões avaliadas no índice são: sociocultural, econômica, ambiental e político-institucional. Cada uma delas é subdividida em outras para compor o indicador, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Composição do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável

Composição do IDMS	
Dimensão	Subdimensão
Sociocultural – 25%	Educação – 45%
	Saúde – 35%
	Cultura – 10%
	Habitação – 10%
Econômica – 25%	Economia – 100%
Ambiental – 25%	Meio ambiente – 100%
Político-institucional – 25%	Finanças públicas – 40%
	Gestão pública – 30%
	Participação social – 30%

Fonte: Sidems/Fecam (2014).

A dimensão sociocultural está subdividida em educação, saúde, cultura e habitação. Na educacional são avaliados: acesso e permanência escolar, desempenho escolar, infraestrutura escolar e qualidade do ensino. Esse aspecto, segundo a Fecam (2016, p. 21), visa a “identificar o nível de acesso à educação de qualidade e o impacto deste processo no desenvolvimento sustentável dos municípios”. As políticas públicas devem ser voltadas para uma educação de qualidade, incentivando a geração de programas que induzam a geração de práticas sociais.

Os dados da saúde são compostos por: cobertura da atenção básica, fatores de risco e proteção, morbidade e mortalidade. Para a Fecam (2016, p. 23), este aspecto deve auxiliar a tomada de decisões em relação a investimentos e “deve ser uma prioridade nas políticas públicas, ser um indutor de práticas sociais e gerador de programas de ações por meio de vínculo de valores e metas”. Na cultura são avaliados: estrutura de gestão para promoção da cultura, infraestrutura cultural, iniciativas culturais da sociedade e recursos na cultura. De acordo com a Fecam (2017), a cultura proporciona qualidade de vida à população, sendo um fator fundamental para o desenvolvimento local.

A habitação é composta por dois subíndices: estrutura de gestão para políticas habitacionais e qualidade habitacional. A Fecam (2016, p. 70) cita que “as políticas habitacionais têm como objetivo a modificação do espaço urbano com a finalidade da universalização do acesso à moradia de qualidade”.

A dimensão econômica é composta por agregação do valor econômico, dinamismo econômico e nível de renda. Objetiva a garantia da geração de riqueza e equidade social pelos esforços da sociedade local para criar condições e mecanismos com vista à inserção do município e de seus moradores no mundo global (Fecam, 2017). A preocupação com a melhoria da qualidade de vida (Garcia, 2016) e com padrões de baixo impacto ambiental é o que visa à sustentabilidade econômica.

Na dimensão ambiental são avaliados: cobertura do saneamento básico e gestão e preservação ambiental. A Fecam (2016, p. 97), avalia que o “desenvolvimento deve ser capaz de promover o bem-estar social e econômico, potencializando precisamente os valores e recursos naturais endógenos e sustentando, nesses, a qualidade de vida e progresso da população”.

O último fator avaliado é a dimensão político-institucional, constituída por três subdimensões: finanças públicas (estímulo aos investimentos, capacidade de receita e saúde financeira), gestão pública (articulação com o exterior, capacidade de planejamento, gestão financeira, governo eletrônico e qualidade do quadro funcional) e participação social (participação eleitoral e representatividade dos gêneros). A dimensão aborda “diretrizes e instrumentos capazes de determinar a ação ativa da gestão pública municipal para o desenvolvimento local” (Fecam, 2016, p. 108).

A evidência e a preocupação com o tema “desenvolvimento sustentável” impulsionam o desmembramento de ações no poder público e privado, por questões de adequação de legislação, exigências competitivas ou pelo seu principal objetivo, que é garantir para as próximas gerações recursos para a continuidade dos negócios, da natureza e da vida das pessoas, de forma equilibrada e digna.

Incentivados por este contexto, estudos são realizados para analisar, medir e contribuir com o desenvolvimento sustentável. O Quadro 2 elenca estudos relacionados a índices utilizados para medir o grau de desenvolvimento sustentável dos municípios.

Quadro 2 - Estudos correlatos sobre o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável

Autores	Abrangência	Objetivo do estudo	Principais resultados
Braga <i>et al.</i> (2004)	Minas Gerais (municípios da bacia do rio Piracicaba)	Apresentar metodologia de construção de índices de sustentabilidade local.	Aborda o desafio de mensurar. Propõe cinco índices temáticos e 14 indicadores. Compara a evolução entre anos e municípios.
Fonseca (2010)	Alguns municípios do AM, MT e PA	Construir um índice de sustentabilidade dos municípios brasileiros sob os aspectos social, econômico, ambiental e institucional.	Necessidade de aprimoramento de indicadores em nível municipal, em especial no que se refere às dimensões ambiental e institucional.
Réus (2012)	Santa Catarina	Analisar a situação dos municípios de SC em relação aos seus índices de desenvolvimento sustentável com base no sistema de IDMS.	A autora faz uma leitura abrangente sobre o sistema. Destaca que o estado não possui claramente um planejamento estruturado entre as esferas do poder e do tripé da sustentabilidade.
Ferreira, Sehnem e Bernardy (2015)	Santa Catarina (municípios de Chapecó, Joaçaba, Porto União e Mafra)	Identificar as similaridades e discrepâncias do desenvolvimento municipal sustentável, propondo caminhos alternativos para melhorar esses índices.	Um dos indicadores que contribui para elevar os índices nestes municípios está no âmbito sociocultural, principalmente acerca da educação.
Neuhaus (2016)	Santa Catarina	Propor um sistema de indicadores de sustentabilidade adequado para o meio rural do estado de SC para implementação no SIDEMS.	Foi possível selecionar e validar um conjunto contendo 17 indicadores e 58 variáveis, que foram construídos de acordo com a metodologia da Fecam.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Braga *et al.* (2004) apresentam uma metodologia que visa a combinar medidas de qualidade do sistema ambiental microrregional; qualidade de vida no espaço urbano; pressão exercida pelas atividades antrópicas sobre as bases de reprodução no espaço e sobre o sistema ambiental microrregional; e capacidade política e institucional de intervenção local. Concluem que nenhum dos municípios apresenta índices de desenvolvimento sustentáveis satisfatórios, mesmo que ações pontuais tenham sido realizadas. Ao final fazem avaliação dos indicadores propostos quanto à relevância, aderência local e disponibilidade dos dados durante a pesquisa.

O estudo de Fonseca (2010), apoiado pelo programa *Dashboard of Sustainability* (Painel da Sustentabilidade), selecionou alguns municípios na área de influência da rodovia BR-163, que liga as cidades de Cuiabá (MT) e Santarém (PA), e buscou desenvolver um índice de sustentabilidade para os municípios sob os aspectos social, econômico, ambiental e institucional. Outro objetivo foi demonstrar como o índice elaborado pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, sinalizando as mudanças necessárias para atingi-lo. A região foi selecionada devido ao impacto da BR-163, a qual serve de corredor para o desenvolvimento da região, principalmente pela expansão agrícola, e dos municípios, em virtude do crescimento demográfico. Os resultados demonstram diversos gargalos na região pesquisada, sinalizam que o *software* utilizado necessita aprimoramento e que os índices elaborados apontam aos municípios caminhos e ações para a melhoria e garantia da sustentabilidade.

Em sua dissertação, Réus (2012) faz uma abordagem sobre a história do desenvolvimento sustentável e procura debruçar-se sobre a esfera local. Neste sentido, traz à discussão o SIDMS, comparando-o ao IDH-M. Teve o objetivo de analisar a situação dos municípios de Santa Catarina em relação aos seus índices de desenvolvimento sustentável com base no SIDMS. Justifica a pesquisa pela crise no modelo de desenvolvimento de SC, decorrente do foco desvirtuado do governo em incentivar a grande indústria, o êxodo rural, a concentração populacional, a ocupação descontrolada e a especulação imobiliária das zonas costeiras, bem como a forte priorização das demandas de exportação e a devastação ambiental. A experiência adquirida durante o estudo muniu a autora a chegar a algumas conclusões, como:

- os indicadores de sustentabilidade contribuem e são necessários para a gestão dos recursos nos municípios;
- o IDMS não mede com exatidão o nível de sustentabilidade dos municípios, mas sinaliza alguns pontos de insustentabilidade;
- a falta de resiliência econômica e problemas ambientais são destaques negativos nos dados levantados pelos indicadores;
- sugere políticas coercitivas em prol do melhoramento dos índices;
- a dimensão sociocultural foi a melhor avaliada, porém é custeada em sua maioria pelo governo federal, que detém a maior fatia das receitas;
- a subdimensão gestão pública apresentou pontuação menor, o que explica a falta de planejamento e demonstra o desafio na profissionalização dos agentes públicos;
- o estado possui regiões desprovidas de incentivo e condições para melhorar seus índices e que precisam construir e definir um planejamento robusto, com políticas e ações interligadas e sustentáveis.

O estudo de Ferreira, Sehnem e Bernardy (2015) focou na análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável dos municípios de Chapecó, Joaçaba, Porto União e Mafra, no Oeste e meio Oeste catarinense. Estes municípios impulsionaram o crescimento econômico durante o século XX. As ações no âmbito sociocultural, principalmente acerca da educação, contribuíram para elevar o índice geral.

Preocupado em relação à sustentabilidade do meio rural, Neuhaus (2016) focou seu estudo na identificação de indicadores para medir, controlar e gerir as dimensões da

sustentabilidade nesta área ampla em território e desafios. O autor realizou pesquisa documental e bibliográfica, consultou especialistas e validou os indicadores utilizando a técnica de grupo focal. A elaboração dos 17 indicadores oferecidos à Fecam auxilia os gestores públicos a identificar oportunidades de melhoria em prol do fortalecimento da agricultura catarinense e contribui para o desenvolvimento sustentável nas dimensões sociocultural, econômica, ambiental e política-institucional no meio rural.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O universo de pesquisa foi composto pelo maior município de cada mesorregião do estado de Santa Catarina: Blumenau (Vale do Itajaí), Chapecó (Oeste catarinense), Criciúma (Sul catarinense), Florianópolis (Grande Florianópolis), Joinville (Norte catarinense) e Lages (Serrana). A escolha intencional destas cidades foi decorrente do fato de serem os maiores municípios e da sua representatividade em cada uma das mesorregiões do estado. Ao todo, Santa Catarina conta com 293 municípios, sendo que todos fazem parte do IDMS. O período investigado correspondeu aos dados referentes aos anos de 2012, 2014 e 2016, pois somente estes foram disponibilizados pela Fecam.

Todos os índices e subíndices municipais são classificados em uma das categorias, conforme o Quadro 3. Os valores são utilizados em todos os níveis do sistema, de modo que o usuário possa verificar as classificações dos municípios e regiões tanto para o índice geral quanto para dimensões, subdimensões, indicadores ou variáveis.

Quadro 3 - Classificação do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável para SC

Valor do IDMS	Classificação
$\geq 0,875$	Alto
$\geq 0,750$ e $< 0,875$	Médio Alto
$\geq 0,625$ e $< 0,750$	Médio
$\geq 0,500$ e $< 0,625$	Médio Baixo
$< 0,500$	Baixo

Fonte: Adaptado de Fecam (2016).

Observa-se no Quadro 3 que há cinco classificações do IDMS, variando de alto até baixo, que cada município pode atingir.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Segundo a Fecam, o IBGE criou para fins estatísticos e de planejamento público mesorregiões que subdividem o estado em áreas geográficas. Na etapa inicial da pesquisa, será analisado o IDMS do maior município de cada mesorregião catarinense, avaliando sua evolução conforme dados dos indicadores de 2012, 2014 e 2016. Na Tabela 1 é possível verificar a progressão dos índices de cada município nos três anos em questão.

Tabela 1. Classificação e índices dos seis municípios pesquisados

Ano Município/ Mesorregião	2012	Cidade	Mesor.	2014	Cidade	Mesor.	2016	Cidade	Mesor.
Blumenau/Vale do Itajaí	4°	0,747	0,623	2°	0,767	0,647	6°	0,754	0,643
Chapecó/Oeste	43°	0,651	0,566	121°	0,628	0,595	21°	0,701	0,593
Criciúma/Sul	49°	0,647	0,573	45°	0,672	0,605	60°	0,657	0,610
Florianópolis/Grande Flp.	7°	0,724	0,599	12°	0,721	0,624	14°	0,717	0,615
Joinville/Norte	3°	0,748	0,608	6°	0,745	0,622	2°	0,768	0,620
Lages/Serrana	27°	0,673	0,550	80°	0,652	0,580	73°	0,651	0,582

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Fecam (2016).

Pode-se verificar na Tabela 1 que no ano de 2012 os principais destaques das cidades estudadas são Joinville, Blumenau e Florianópolis, com as 3^a, 4^a e 7^a posições, respectivamente. Na sequência, Lages com a 27^a colocação e, por fim, não muito equidistantes, as cidades de Chapecó - 43° - e Criciúma - 49° lugar. Analisando os índices dos municípios, suas mesorregiões e os valores apresentados no Quadro 2, percebe-se que todos estão na faixa de classificação 'Médio', enquanto todas as mesorregiões ficam na faixa 'Médio Baixo'.

No que tange ao índice referente a 2014, destaca-se novamente Blumenau, ganhando duas posições e ficando na 2° colocação. Joinville e Florianópolis, por mais que tenham caído um pouco, também se mantiveram bem colocadas, em 6° e 12° lugares, respectivamente. Já Criciúma, houve uma evolução, ganhando quatro posições. Os demais municípios, Lages e Chapecó, caíram suas posições, indo para a 80^a e 121^a posições. Quanto às faixas, de acordo com o Quadro 2, destaca-se positivamente o município de Blumenau com classificação 'Médio Alto', sendo que os demais estão na faixa 'Médio'. Nas mesorregiões, também impulsionada pelo seu maior município, o Vale do Itajaí está na faixa 'Médio', enquanto as demais estão na 'Médio Baixo'.

Nos últimos dados publicados, referentes ao ano de 2016, a cidade que obteve maior melhoria em termos de classificação foi Chapecó, ganhando 100 posições, colocando-se em 21^a. Outra bem colocada foi a cidade de Joinville, invertendo as posições de 2014 com Blumenau, passando de 6° para 2°. As demais, Florianópolis, Criciúma e Lages, variaram as classificações, passando para 14^a, 60^a e 73^a posições. Comparando os valores com o Quadro 2, destacam-se Blumenau e Joinville, ficando na faixa 'Médio Alto', e os demais na faixa 'Médio'. As mesorregiões Vale do Itajaí e Norte não acompanharam suas principais cidades, alcançando a faixa 'Médio'. O mesmo acontece com as demais mesorregiões. Na Tabela 2 vê-se os dados do IDMS dos seis municípios no ano de 2012.

Tabela 2. IDMS - ano 2012. Índice geral e subíndices

	Blumenau	Chapecó	Criciúma	Florianópolis	Joinville	Lages
Índice geral	0,747	0,651	0,647	0,724	0,748	0,673
Sociocultural	0,765	0,768	0,756	0,755	0,782	0,754
Educação	0,792	0,830	0,810	0,782	0,830	0,737
Saúde	0,723	0,760	0,729	0,794	0,658	0,724
Cultura	0,790	0,712	0,612	0,713	0,874	0,792
Habitação	0,765	0,575	0,747	0,540	0,911	0,893
Econômica	0,704	0,638	0,580	0,729	0,705	0,524
Economia	0,704	0,638	0,580	0,729	0,705	0,524
Agregação de valor Econômico	0,760	0,656	0,412	0,624	0,773	0,440
Dinamismo econômico	0,640	0,636	0,659	0,640	0,624	0,623
Nível de renda	0,713	0,622	0,668	0,920	0,717	0,510
Ambiental	0,889	0,478	0,624	0,800	0,862	0,713
Meio ambiente	0,889	0,478	0,624	0,800	0,862	0,713
Cobertura de saneamento básico	0,916	0,659	0,926	0,899	0,835	0,888
Gestão ambiental	0,750	0,000	0,500	0,500	0,750	0,250
Preservação ambiental	1,000	0,776	0,445	1,000	1,000	1,000
Político-institucional	0,630	0,721	0,628	0,611	0,643	0,703
Finanças públicas	0,715	0,704	0,684	0,574	0,578	0,738
Gestão pública	0,751	0,949	0,713	0,951	0,926	0,934
Participação social	0,394	0,514	0,467	0,319	0,446	0,425

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Fecam (2016).

No ano de 2012 todos os municípios analisados tiveram o índice geral classificado dentro da faixa ‘Médio’, conforme Quadro 2, que compreende valores entre 0,625 e 0,750. A maior média geral deste ano foi de Joinville, chegando a 0,748, e a menor foi de Criciúma, alcançando 0,647. No município de Blumenau observa-se que o maior índice foi na dimensão ambiental, 0,889, com destaque para a preservação ambiental, onde obteve o índice ‘Alto’, atingindo o valor máximo da classificação de 1,000. Dentro desse dado é considerada a preservação de matas e florestas ambientais, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE. O menor foi o da dimensão político-institucional, com 0,630, muito devido aos valores referentes à participação social com 0,394, visto que nesse valor, considera-se os dados do Tribunal Superior Eleitoral quanto a representatividade de gêneros entre candidatos a vereadores.

Em Chapecó, o destaque foi o da dimensão sociocultural, 0,768, principalmente pelos valores da educação, que atingiu o índice ‘Médio Alto’ de 0,830. Nos dados, os valores são extraídos do Ministério da Educação, com base em alunos por turma nos anos iniciais e finais do ensino médio. O ponto com menor média neste ano foi na dimensão ambiental, 0,478, principalmente devido aos valores de gestão ambiental que não obteve pontuação, visto que, segundo dados do IBGE o município não atende a “agenda 21 local”, bem como o licenciamento do impacto local. Na cidade de Criciúma, o destaque foi na dimensão sociocultural, 0,756, destacando-se a educação com índice ‘Médio Alto’ de 0,810. O que corrobora com esses valores são dados extraídos do IBGE quanto a média alta de média de alunos por turma e o baixo analfabetismo. O valor a ser melhorado, foi na dimensão econômica, 0,580, com destaque para o índice ‘Baixo’ na agregação de valor econômico, 0,412. Para chegar a esse valor, são considerados vários dados, mas o que ficou no nível baixo foi, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional os valores de ICMS per capita.

Para Florianópolis com o índice ‘Alto’, a dimensão ambiental, 0,800, foi destaque, em especial por sua preservação ambiental, que atingiu o valor máximo da classificação de 1,000, destacando-se a exemplo de Blumenau a preservação das áreas de matas e florestas naturais. O ponto que não ajudou ainda mais a elevar o valor geral, foi devido dimensão político-institucional, 0,611, com destaque para o índice ‘Baixo’ na participação social, principalmente pela baixa representatividade de gêneros entre os candidatos a vereador, bem como em finanças públicas no baixo investimento público per capita.

O município de Joinville obteve o maior índice geral do ano 2012. O ponto forte foi na dimensão ambiental, atingindo o valor de 0,862, com destaque para a preservação ambiental, índice ‘Alto’, que atingiu o valor máximo da classificação de 1,000, a exemplo de Blumenau e Florianópolis. O ponto que pode ser melhorado, é a dimensão político–institucional, em que o índice foi de 0,643, com destaque negativo para a participação social, índice ‘Baixo’ de apenas 0,446, pelos mesmos motivos das cidades citadas nesse parágrafo.

Em Lages, o ponto forte deste ano foi na dimensão ambiental, atingindo um índice de 0,713, com maiores valores obtidos na preservação ambiental, índice ‘Alto’, que atingiu o valor máximo da classificação de 1,000. O ponto com menores valores, foi na dimensão econômica, que atingiu o índice de 0,524, principalmente pelo valor do índice ‘Baixo’ na agregação de valor econômico, 0,440. Nesse item, os valores considerados baixos são os de ICMS e ISS Per capita, crescimento do PIB, índice de Gini e baixa remuneração média dos trabalhadores. Os índices do ano de 2014 das cidades relacionadas neste estudo podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3. IDMS - ano 2014. Índice geral e subíndices

	Blumenau	Chapecó	Criciúma	Florianópolis	Joinville	Lages
Índice Geral	0,767	0,628	0,672	0,721	0,745	0,652
Sociocultural	0,794	0,750	0,783	0,797	0,812	0,747
Educação	0,773	0,788	0,818	0,775	0,837	0,716
Saúde	0,771	0,773	0,740	0,791	0,742	0,731
Cultura	0,829	0,678	0,647	0,840	0,847	0,800
Habitação	0,931	0,575	0,913	0,874	0,911	0,893
Econômica	0,712	0,666	0,618	0,725	0,723	0,577
Economia	0,712	0,666	0,618	0,725	0,723	0,577
Agregação de valor econômico	0,770	0,690	0,535	0,624	0,800	0,500
Dinamismo econômico	0,642	0,664	0,647	0,630	0,654	0,714
Nível de renda	0,723	0,643	0,673	0,922	0,715	0,518
Ambiental	0,889	0,478	0,624	0,800	0,778	0,629
Meio ambiente	0,889	0,478	0,624	0,800	0,778	0,629
Cobertura de saneamento básico	0,916	0,659	0,926	0,899	0,835	0,888
Gestão ambiental	0,750	0,000	0,500	0,500	0,500	0,000
Preservação ambiental	1,000	0,776	0,445	1,000	1,000	1,000
Político-institucional	0,672	0,618	0,663	0,561	0,666	0,653
Finanças públicas	0,689	0,555	0,610	0,538	0,607	0,652
Gestão pública	0,896	0,861	0,946	0,794	0,967	0,928
Participação social	0,426	0,458	0,452	0,359	0,443	0,380

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Fecam (2016).

Os índices de 2014, de forma geral, obtiveram resultados inferiores a 2012. Se for considerada a média simples dos seis municípios, em 2012, chega-se a 0,6983, o que garante a 20ª posição do *ranking*. Já em 2014 a média caiu para 0,6975, ficando em 41º lugar. O que chama atenção é a queda de Chapecó, saindo de 43º para 121º, ocupando o último lugar entre os seis. O que impulsionou este declínio foi a pontuação na dimensão político-institucional. Isso pode ser visto principalmente nos seguintes dados: investimento público per capita de R\$ 376,75 em 2012 para R\$ 173,64 em 2014, redução no investimento público sobre a receita corrente líquida, suficiência de caixa, redução de serviços em seu portal e diminuição de servidores com curso superior.

O município melhor colocado em 2014 foi Blumenau, com 0,767 e 2º lugar no estado. Obteve melhorias nas dimensões sociocultural, econômica e político-institucional. Houve destaque na habitação, que cresceu 21,7%, e gestão pública, com aumento de 19,31%. Nesses dados, destacaram-se: plano de habitação, segundo dados do Ministério das Cidades e participação em consórcios públicos intermunicipais com dados do IBGE.

Em Criciúma, apesar do índice geral não alterar significativamente, os valores de habitação, agregação de valor econômico e gestão pública tiveram aumento acima da média,

com 22,22%, 29,85% e 32,68% respectivamente. Os dados são referentes a criação do Conselho Municipal de Habitação, aumento do ICMS Per Capita e participação em consórcios intermunicipais.

Para Florianópolis o ponto forte de 2012 foi a dimensão sociocultural, com 0,797, e o aumento de 61,85% no índice de habitação. Já a dimensão político-institucional recuou 8,18%, com destaque para gestão pública que reduziu 16,51%, fazendo com que a capital catarinense não figurasse entre os dez melhores municípios do estado.

O município de Joinville somou no índice geral 0,745. Assim como em 2012, destaca-se positivamente a dimensão sociocultural, tendo o melhor índice entre os municípios analisados, melhorando ainda mais em 2014. Ressalta-se a saúde, que melhorou 12,77%. Já na dimensão ambiental o índice regrediu 9,74%, obtendo o valor de 33,33% na gestão ambiental.

Assim como Chapecó, Lages também sofreu um revés em 2012. A dimensão ambiental reduziu 11,78% principalmente pela queda em valores como Agenda 21 local e licenciamento do impacto local e, a político-institucional 7,11%, visto a queda na participação nos pleitos eleitorais. A única dimensão que teve melhoria foi a econômica, destacando-se agregação de valor, dinamismo econômico, e aumento no nível de renda e remuneração média dos trabalhadores.

A variação nas dimensões do IDMS entre os anos mostra o resultado de ações ou o descaso dos municípios. Também podem ser influenciados por questões naturais (fenômenos meteorológicos), globais (crises internacionais), eventuais (eleições ou evento de grandes proporções), ou por ações e empreendimentos patrocinadas pelos governos estadual ou federal. A Tabela 4 demonstra os dados do ano de 2016, o último publicado até a data deste estudo.

Tabela 4. IDMS - ano 2016. Índice geral e subíndices

	Blumenau	Chapecó	Criciúma	Florianópolis	Joinville	Lages
Índice Geral	0,754	0,701	0,657	0,717	0,768	0,651
Sociocultural	0,785	0,818	0,787	0,797	0,821	0,719
Educação	0,776	0,820	0,804	0,762	0,836	0,657
Saúde	0,768	0,783	0,726	0,799	0,754	0,730
Cultura	0,738	0,844	0,794	0,869	0,900	0,788
Habitação	0,931	0,909	0,913	0,874	0,911	0,893
Econômica	0,699	0,655	0,595	0,712	0,703	0,537
Economia	0,699	0,655	0,595	0,712	0,703	0,537
Agregação de Valor Econômico	0,755	0,680	0,487	0,607	0,774	0,538
Dinamismo Econômico	0,622	0,645	0,632	0,606	0,633	0,564
Nível de Renda	0,719	0,641	0,667	0,922	0,702	0,508
Ambiental	0,805	0,645	0,624	0,800	0,862	0,713
Meio Ambiente	0,805	0,645	0,624	0,800	0,862	0,713
Cobertura de Saneamento Básico	0,916	0,659	0,926	0,899	0,835	0,888
Gestão Ambiental	0,500	0,500	0,500	0,500	0,750	0,250
Preservação Ambiental	1,000	0,776	0,445	1,000	1,000	1,000
Político-Institucional	0,726	0,685	0,622	0,558	0,684	0,636
Finanças Públicas	0,730	0,661	0,640	0,515	0,612	0,631
Gestão Pública	0,956	0,891	0,723	0,733	0,956	0,819
Participação Social	0,489	0,512	0,497	0,439	0,508	0,458

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Fecam (2016).

Em 2016 a média do IDMS desses seis municípios se recupera e fica em 0,7080, retomando a 20ª posição no estado e alcançando o melhor índice nos anos analisados. O destaque para essa evolução foi o município de Chapecó, que saltou da 121ª posição, em 2014, para 21ª em 2016, como pode ser observado na Tabela 1.

Blumenau, apesar de apresentar uma leve queda entre os índices de 2014 e 2016, manteve-se na faixa ‘Médio Alto’, com o índice de 0,754, mas passou da 2ª para a 6ª posição do *ranking* em 2016. Esse declínio foi influenciado principalmente pela queda do índice ambiental, passando de 0,8889, ‘Alto’, para 0,805, ‘Médio Alto’, destacando-se a gestão ambiental como o único índice alterado entre os anos, passando de 0,750, ‘Médio Alto’, para 0,500, ‘Médio Baixo’.

O motivo de Chapecó ser o destaque do ano de 2016 foi pela melhora na dimensão sociocultural, passando do índice ‘Médio Alto’, de 0,750, para ‘Alto’, de 0,818, isso influenciado pela melhora em: habitação, que passou do índice ‘Médio Baixo’, de 0,575, para ‘Alto’, de 0,909; ambiental, que passou de ‘Baixo’, 0,478, para ‘Médio’, 0,645, influenciado pela gestão ambiental que no ano de 2014 apresentou índice zero e em 2016 apresentou índice de 0,500, sendo classificado na faixa ‘Médio Baixo’; e pela dimensão político-institucional, que subiu do índice ‘Médio Baixo’, de 0,618, para ‘Médio’, de 0,685, influenciado pelas três subdimensões, com destaque nas finanças públicas, que passou do índice ‘Médio Baixo’, de 0,555, para ‘Médio’, de 0,661.

O município de Criciúma manteve-se com índice ‘Médio’ entre os anos de 2014 e 2016, apesar da queda do IDMS de 0,672 para 0,657. A referida queda foi influenciada pelo declínio da dimensão econômica, passando de 0,618 para 0,595, especialmente pela redução da agregação de valor econômico, que recuou de 0,535, ‘Médio Baixo’, para 0,487, ‘Baixo’, e, principalmente, pela queda na dimensão político-institucional, sobretudo do índice de gestão pública, que passou de 0,946, ‘Alto’, para 0,723, ‘Médio’.

Em Florianópolis o índice decaiu de 0,721 para 0,717, passando da 12ª posição para a 14ª posição do *ranking*, mas se mantendo na faixa ‘Médio’. Essa queda foi influenciada pela dimensão econômica, onde o índice recuou de 0,725 para 0,712, ambos da faixa ‘Médio’, e pela dimensão político-institucional, na qual o índice baixou de 0,561 para 0,558, ambos da faixa ‘Médio Baixo’.

Joinville teve um aumento do IDMS de 2014 para 2016, passando de 0,745, ‘Médio’, para 0,768, ‘Médio Alto’, e subindo da 6ª para a 2ª posição do *ranking*. Conforme se observa na Tabela 1, é a melhor colocação entre os municípios analisados. Essa melhora foi influenciada pela dimensão ambiental, onde o índice aumentou de 0,778 para 0,862, com destaque para a gestão ambiental, que passou da faixa ‘Médio Baixo’, com índice de 0,500, para a faixa ‘Médio Alto’, com índice de 0,750. A ascensão se deve ainda aos aumentos das dimensões sociocultural e político-institucional.

Lages, que teve uma queda no índice de 2012 para 2014, continuou caindo em 2016, chegando a 0,651, mantendo-se na faixa ‘Médio’, porém ganhou 7 posições no *ranking*, passando da 80ª para a 73ª posição. Com exceção da dimensão ambiental, em que o índice melhorou, as outras tiveram uma redução. A sociocultural passou de 0,747 para 0,719, ambas da faixa ‘Médio’. A econômica foi a dimensão que apresentou a queda mais significativa, passando de 0,577 para 0,537, ambos os índices da faixa ‘Médio Baixo’, influenciado pela queda do dinamismo econômico, de 0,714, índice ‘Médio’, para 0,564, índice ‘Médio Baixo’. A dimensão político-institucional, apesar de também apresentar queda, não foi tão significativa, passando de 0,653 para 0,636, ambos os índices ‘Médios’.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável dos municípios em seus quatro eixos (sociocultural, econômico, ambiental e político-institucional) deve ser visto como prioridade pelos gestores públicos. No estado de Santa Catarina, essa ferramenta disponibilizada pela Fecam pode auxiliar os municípios no planejamento e nas ações que visem à manutenção ou à melhoria nas áreas pesquisadas.

Diante disso, esta investigação buscou visualizar os índices da maior cidade de cada mesorregião do estado de Santa Catarina, analisando os valores disponibilizados nos anos de 2012, 2014 e 2016. Esses municípios, por serem polos nas suas regiões, podem estimular/motivar os vizinhos menores que buscam melhorias para seus municípios.

Nos resultados obtidos, observa-se que todos os municípios pesquisados estão com valores acima das médias de cada uma de suas mesorregiões. Isso se deve ao tamanho das

idades, que são maiores que as demais e, possivelmente, suas arrecadações e investimentos também o sejam.

As análises também demonstraram que os municípios de Blumenau e Florianópolis são os que mais se preocupam com questões ambientais, o que alavancou seus índices gerais. Apesar de apresentar uma melhora nos índices de 2016, o município com menor valor foi Chapecó. Para melhora desses dados, sugere-se que sejam realizados mais investimentos, principalmente na área de gestão ambiental. Na área econômica, nenhum dos municípios estudados obteve destaque positivo. Porém, negativamente, despontam Criciúma e Lages. Para estes, sugere-se que sejam direcionados investimentos e atraídas empresas de outras áreas, mudando e/ou diversificando para atividades que possam gerar mais valor econômico.

Nas áreas sociocultural e político-institucional, nenhum município teve dados de destaque negativo. Na forma contrária, sobressaem-se em todos os anos, na dimensão sociocultural, Chapecó e Criciúma e, nos últimos anos, Lages e Joinville. Já na político-institucional, as três maiores cidades do estado - Joinville, Florianópolis e Blumenau - se destacam de forma positiva, o que sugere a manutenção dessa dimensão que foi uma das que impulsionaram o índice geral.

Embora os índices demonstrem resultados acima da média para os municípios em questão, Réus (2012) aborda limitações e questiona alguns pontos sobre o método do IDMS. Neste sentido, o Índice Desenvolvimento Municipal de Sustentável serve de ferramenta aos municípios, e cabe aos agentes públicos se aprofundar nas causas que resultaram nos números publicados.

A variação dos índices entre os anos leva a diversos questionamentos. Como sugestão para futuros trabalhos, podem ser realizadas pesquisas qualitativas levantando quais são os motivos que geram as variações do IDMS durante os anos, como pode ser observado no município de Chapecó, que teve uma queda de 2012 para 2014 e uma ascensão de 2014 para 2016.

REFERÊNCIAS

Backes, N. A. *et al.* (2009). Indicadores contábeis mais apropriados para mensurar o desempenho financeiro das empresas listadas na Bovespa. *Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios*, 2(1), 117-135, 2009.

Bandeira, A. A. (2009). *Indicadores de desempenho: instrumento à produtividade organizacional*. Rio de Janeiro: Qualitymark.

Braga, T. M. *et al.* (2004). Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar. *Nova Economia*, 14(3), 11-33.

Bursztyn, M. (2006). Desenvolvimento sustentável: fundamentação teórico-prática. *Revista IHU*, 203.

Cândido, G. A. (2002). A formação de redes interorganizacionais como mecanismo para geração de vantagem competitiva e para promoção do desenvolvimento regional: o papel do estado e das políticas públicas neste cenário. *REAd.*, 8(4), 01-17.

Coelho, F. D. (1994). O município como agente de desenvolvimento econômico. *Revista de Administração Municipal*, 41, 23-33.

Fecam. Federação Catarinense de Municípios. (2014). *Sistema de indicadores de desenvolvimento municipal sustentável*. Recuperado em 10 setembro, 2017, de <http://indicadores.fecam.org.br/>.

_____. (2016). *Índice de desenvolvimento municipal sustentável*. Recuperado em 10 setembro, 2017, de <http://indicadores.fecam.org.br/>.

Ferreira, A. C., Sehnem, S., & Bernardi, R. J. (2015). Sistema de indicadores de desenvolvimento municipal sustentável: uma análise comparativa. *Revista do CEPE*, 42, 204-218.

Ferreira, A., & Otley, D. (2009). The design and use of performance management systems: an extended framework for analysis. *Management Accounting Research*, 20(4), 263-282.

Fonseca, C. A. G. M. (2010). *Índice de sustentabilidade municipal: um instrumento de avaliação da qualidade de vida nos municípios brasileiros*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Garcia, D. S. S. (2016). Dimensão econômica da sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. *Revista Veredas do Direito*, 13(25), 133-153.

Kardec, A., Flores, J., & Seixas, E. (2002). *Gestão estratégica e indicadores de desempenho*. Rio de Janeiro: Quality Mark.

Neuhaus, L. (2016). *Indicadores de desenvolvimento para o meio rural: uma proposta para o sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável dos municípios de Santa Catarina (Sidems da Fecam)*. Dissertação de mestrado, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, SC, Brasil.

Padilha, L. G., & Verschoore, J. R. (2013). Cooperação e desenvolvimento sustentável local: uma análise qualitativa de fóruns de agenda 21. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 9(3), 227-249.

Réus, I. S. (2012). *Gestão municipal e desenvolvimento sustentável: um estudo de indicadores de sustentabilidade nos municípios catarinenses*. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Silva, C. de C. (1998). *Desenvolvimento econômico, modelo federativo e município no Brasil: análise de estratégias de desenvolvimento econômico local no município de Ribeirão Preto (SP) na década de noventa*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Sousa, D., & Oliveira, R. V. (2013). O apoio do estado ao empreendedorismo inovador: a experiência do Prime no Brasil. *Revista Políticas Públicas*, 17(2), 328-338.

Vitte, C. C. S. (2006). Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 8(13), 77-87.

World Commission on Environment and Development. (1987). *Our common future* (the Brundtland report). Oxford: Oxford University Press.